

ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA NA CONTEMPORANEIDADE: A HETEROGENEIDADE COMO RECURSO

Sibelle Cornélio Diniz

Cedeplar/UFMG

sibelle.diniz@gmail.com

INTRODUÇÃO

As idéias de economia popular e economia solidária ganharam notoriedade na América Latina na década de 1990, em meio ao debate crítico sobre os impactos da globalização sobre os países periféricos. O contexto de desemprego estrutural resultante da crise do sistema fordista abre espaço para um conjunto de formas consideradas ‘alternativas’ ao assalariamento formal. Duas décadas depois, a persistência de unidades produtivas caracterizadas por vínculos pessoais e/ou familiares, muitas vezes informais e marcados pela reciprocidade, garante a relevância da discussão nos países latino-americanos. O recente apoio dos governos populares favorece esse quadro (Coraggio, 2013a).

Este artigo discute a atualidade das concepções de economia popular e solidária no contexto da acumulação flexível, problematizando sua configuração atual no Brasil a partir da noção de ‘circuitos da economia urbana’ proposta por Milton Santos. Por fim, apresenta-se a discussão recente sobre as possibilidades de transformação dadas pela economia popular e solidária.

1 CONFIGURAÇÃO RECENTE DO CIRCUITO INFERIOR DA ECONOMIA URBANA

Em fins da década de 1970, Milton Santos apontou para a existência, nas cidades dos países subdesenvolvidos, de dois circuitos econômicos. A origem dessa configuração estaria nos processos de industrialização e de modernização – seletiva e incompleta - do século XX, guiados por firmas multinacionais intensivas em tecnologia e geradoras de um número limitado de empregos. O espaço dos países subdesenvolvidos, ao se organizar e se

reorganizar em função de interesses externos, caracteriza-se como descontínuo, instável e multipolarizado. Cria-se assim um circuito da economia urbana altamente beneficiado pelas modernizações, e outro que só parcialmente se beneficia, ou absolutamente não se beneficia, do progresso técnico e das vantagens a ele relacionadas.

O primeiro circuito, chamado "superior", é composto principalmente de atividades capital-intensivas, em grande parte imitativas, de produção em grande escala, articulada para fora da cidade e da região, e tendo como objetivo principal a acumulação de capital. É formado pelo comércio e indústria para exportação, indústria urbana moderna, comércio e serviços modernos, negócios bancários, comércio atacadista e transporte. Já o circuito "inferior" abrange as atividades de pequena dimensão, principalmente serviços não modernos abastecidos pelo comércio em pequena escala, intensivos em trabalho e com relevante potencial criativo e articulação na cidade e região. Trata-se primordialmente da pequena produção manufatureira, em grande parte artesanal, e do comércio não moderno, além das atividades domésticas.

No circuito inferior, prevalece o trabalho familiar e autônomo, organizado em unidades produtivas de pequeno porte. Enquanto no circuito superior os preços são definidos nos mercados oligopolizados, no inferior prevalecem a barganha e os acordos pessoais, levando a maior margem de variação. A noção de lucro também é distinta entre os circuitos. No primeiro caso, a acumulação de capital é essencial para a continuidade da atividade e o acompanhamento dos avanços tecnológicos. No segundo, prevalece a lógica do curto prazo. A tarefa primordial é *"sobreviver e assegurar a vida familiar diária, bem como participar, o quanto possível, de certas formas de consumo peculiares ao moderno modo de vida"* (Santos, 2008 [1979], p. 102).

A sobrevivência do circuito inferior depende de sua adaptação às mudanças conjunturais. Sua alta capacidade de adequar-se às variações de demanda é dada pela mobilidade tanto da mão de obra quanto do capital empregados. A mudança de atividade é facilitada pela pequena quantidade de capital investido. A precariedade das instalações ou sua localização no domicílio de residência facilita sua readaptação. Os vínculos informais de emprego e a baixa necessidade de qualificação permite a contratação de trabalhadores em momentos de expansão e, em seguida, sua demissão.

A relação entre os dois sistemas de fluxos da economia urbana é determinada por condições históricas gerais, ligadas à penetração das atividades modernas no território, e pelo

Estado, que atua como intermediário entre os agentes inovadores e as realidades regionais (Santos, 2008 [1979]). É o circuito superior que ocupa posição privilegiada diante do apoio governamental e do crédito. Por esse motivo, as unidades do circuito inferior muitas vezes recorrem a arranjos de ajuda mútua.

Os circuitos convivem em relações de complementaridade e competição, embora seja nítida a dependência do primeiro em relação ao último. Ao rejeitar a denominação ‘setor moderno’ e ‘setor tradicional’, o autor esclarece que ambos são fruto do mesmo processo: a difusão da informação e do consumo ocorrida a partir da segunda metade do século XX e que leva à transformação de todo o aparelho de produção. Do mesmo modo, rejeita a noção de ‘dualismo’, embora assuma ser este o ponto de partida de sua teoria¹. Para ele, o que se verifica não são formas de produção com idades tecnológicas diferentes coexistindo no espaço. Trata-se de formas diferentes de combinações entre um novo modelo de produção, distribuição e consumo, e a situação preexistente - *“trata-se de uma aceitação da modernização em diferentes graus”* (Santos, 2008 [1979], p. 55).

Silveira (2010, 2011) discute a configuração atual dos circuitos da economia urbana nas cidades latinoamericanas, enfatizando o recente fortalecimento do circuito superior e seu distanciamento do inferior. A esse movimento a autora atribui o crescente uso corporativo dos territórios nacionais pelo primeiro², sob a égide do meio técnico-científico-informacional. Os avanços tecnológicos e organizacionais permitem ao circuito superior ocupar novas áreas de produção, aumentando seu controle no território. Tal expansão revela, ainda, um acesso privilegiado aos bens públicos e um uso hierárquico dos bens privados, redefinindo o valor dos capitais, da tecnologia e das organizações para aqueles que não conseguem acompanhar seu curso. É no circuito superior que estão os motores da nova divisão internacional do trabalho, pautada na técnica, ciência, informação e finanças (Silveira, 2007).

Nas décadas recentes, o circuito superior cresce gerando poucos empregos e expandindo o consumo. A compra de insumos de países como a China, a preços baixos,

¹ Nesse sentido, rejeita também a noção de informalidade, como tratam Oliveira (2008) e Montenegro (2006).

² *“Se trata de corporaciones globales y multisectoriales que abarcan petróleo, gas y energía, industria automotriz, telecomunicaciones, minería, siderurgia y metalurgia, comercio mayorista y minorista, pero también grandes bancos y aseguradoras, fondos de inversión y pensión, industrias de alta tecnología, empresas de consultoría y otras productoras de información estratégica, propaganda y marketing, administración y logística, grandes importadoras y exportadoras, grandes grupos del entertainment. En definitiva, holdings integrados por empresas industriales, comerciales y de servicios avanzados (Sassen, 2007) que necesitan un territorio modernizado y, por lo tanto, ejercen influencia sobre las políticas.”* (Silveira, 2011, p. 4).

permite reduzir os custos sem reduzir os preços finais. A influência sobre os meios de comunicação é um fator a corroborar a hegemonia do circuito superior, ao ‘desqualificar’ marcas e produtos ‘superados’ (Silveira, 2011).

Enquanto o circuito superior se distancia do inferior, fomenta um conjunto de atividades pelas quais o capital hegemônico não se interessa a priori, ligadas ao chamado circuito superior marginal, que ganha espaço e se fortalece. Trata-se dos serviços produtivos e da produção de insumos intimamente ligados à técnica e organização do circuito superior (transportes, consertos, distribuição, abastecimento, contabilidade, assessoria, propaganda, produção de certos insumos). São atividades concentradas nas metrópoles e nas cidades médias onde o circuito superior avança (Silveira, 2010, 2011).

O circuito inferior, nesse contexto, cresce e se mantém a partir do desemprego estrutural, de um lado, e da insatisfação quanto às demandas (não satisfeitas) criadas pela produção hegemônica. Esse movimento cria novas formas de trabalho – criativas e imitativas – que permitem à maior parte dos trabalhadores sobreviver por meio da ocupação e, ao mesmo tempo, consumir bens e serviços de menor valor agregado. Tal situação é, de um lado, caracterizada pela subordinação e dependência do circuito inferior em relação ao superior. As configurações territoriais evidenciam as distinções entre os circuitos quanto a tecnologia, finanças, informação, capacidade decisória e incentivo estatal (Silveira, 2010, 2011).

As interdependências, entretanto, parecem maiores, como evidenciam, por exemplo, as novas localizações das cadeias comerciais em áreas periféricas de consumo popular, antes reservadas aos pequenos capitais, o crédito agora concedido pelos grandes bancos às camadas mais empobrecidas, o uso das técnicas contemporâneas nas atividades do circuito inferior como telefonia móvel, informática, câmeras, instrumentos entre outros (Silveira, 2004). Montenegro (2009) aponta ainda o crescente uso da publicidade – cartões de visitas, banners, pequenos anúncios - e acesso ao sistema bancário – uso de cheques e cartões de crédito e débito - pelo circuito inferior.

Dito de outro modo, no período contemporâneo o circuito inferior se expande, mas também se redefine ao ser cada vez mais influenciado pelas variáveis-chave do sistema: a informação, a técnica / a ciência, a publicidade e as finanças / o crédito. O crescimento do circuito inferior, sobretudo nas áreas metropolitanas, é associado ainda às reformas neoliberais dos anos 1990 e à terceirização (Montenegro, 2006).

Embora seja crescente a distância entre os circuitos, por outro lado, as técnicas mais flexíveis têm criado um leque de possibilidades de trabalho e resistência para os circuitos inferior e superior marginal. A coexistência dos circuitos implica num espaço que é ao mesmo tempo dividido e compartilhado, abrindo espaço para a convivência e a expressão.

“Mas essa desigualdade estrutural da cidade – que, aliás, é o que permite continuar asseverando a existência de dois circuitos da economia urbana – é também funcional porque, no presente, as divisões territoriais do trabalho são obrigadas a compartilhar o mesmo pedaço do território. A cidade é o reino da *praxis* compartilhada ou, em outras palavras, a manifestação mais visível do acontecer solidário, isto é, a realização compulsória de tarefas comuns mesmo que o projeto não seja comum (Santos, 1996). Poderíamos dizer que o espaço urbano é dividido mas, ao mesmo tempo, compartilhado. É nesse contexto que a cidadania poderia ser discutida nos seus verdadeiros limites e possibilidades históricas” (Silveira, 2010, p. 10)

Como aponta Arroyo (2008), a multiplicidade de trabalhos que o circuito inferior reúne agrega riqueza e dinamismo à economia e à vida urbanas. O trabalho no circuito inferior compõe práticas ligadas ao dia-a-dia da rua, da praça, do bairro, criando uma pluralidade de expressões e de códigos, diversidade esta que expõe a tensão e o conflito, definindo a força das metrópoles (Arroyo, 2008).

“Com a globalização amplia-se a variedade de tipos econômicos, culturais, religiosos e linguísticos, multiplicam-se os modelos produtivos, de circulação e de consumo, segundo qualificações e quantidades, e também aumenta a variedade de situações territoriais. Na realidade, tais situações se submetem a constantes mutações e encobrem uma rica, variada e sempre renovada divisão do trabalho e divisão territorial do trabalho. Nessas condições, a metrópole está sempre se refazendo: na forma, na função, no dinamismo e no sentido. Essa riqueza do inesperado constitui a possibilidade de construção de novos futuros” (Santos e Silveira, 2001, p. 287).

Salvador (2011) aponta a pouca atenção conferida à teoria dos circuitos da economia urbana no estudo das cidades brasileiras, a despeito de suas contribuições para a compreensão do circuito inferior em sua complexidade, diversidade e constante mutação³. A racionalidade característica do circuito inferior se explicita com o processo de fragmentação do trabalho característico da acumulação flexível, tratada a seguir.

2 A ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA NA ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL

³ Exceções são os estudos de caso como os de Montenegro (2006), Bicudo Jr (2006), Serpa *et al* (2007), Trindade Jr (2005) e Cataia e Silva (2013).

A reconfiguração das relações econômicas em nível global, a partir da década de 1970, lançou luz às formas produtivas atuantes em pequena escala, marcadas pelas relações de trabalho flexíveis e pelos laços pessoais. Usualmente compreendidas como desintegradas do sistema capitalista e fadadas ao desaparecimento com o processo de desenvolvimento, tais formas ganham relevância nos mercados de trabalho de todo o mundo, mesmo nos países centrais.

Nos países periféricos, o advento da produção flexível, ou pós-fordismo, significou um impulso ao circuito inferior e à economia popular. Essas formas, que sempre responderam pela reprodução de boa parte da população, ganham espaço com a flexibilização das relações de produção.

Em oposição à rigidez das regras e processos que marcaram o Fordismo e suas práticas de controle do trabalho⁴, tecnologias, hábitos de consumo e configurações de poder político-econômico, o regime de acumulação que se instala a partir dos anos 1970 se apóia na flexibilidade. Na acumulação flexível, a aceleração do fluxo de informações altera os processos de tomada de decisão, fazendo com que o sistema se adapte mais rapidamente às mudanças. Ao mesmo tempo, acelera-se a competição e enfraquece-se o poder sindical (Harvey, 2009 [1989]).

Diante da reestruturação do mercado de trabalho, acentua-se a vulnerabilidade dos grupos desprivilegiados – as mulheres, os menos escolarizados, os migrantes. Esses grupos veem nos pequenos negócios uma alternativa de inserção no sistema:

“Por exemplo, a subcontratação organizada abre oportunidades para a formação de pequenos negócios e, em alguns casos, permite que sistemas mais antigos de trabalho doméstico, artesanal, familiar (patriarcal) e paternalista (“padrinhos”, “patronos” e até estruturas semelhantes à máfia) revivam e floresçam, mas agora como peças centrais, e não apêndices do processo produtivo.” (Harvey, 2009 [1989], p.145)

Para Harvey (2009 [1989]), tal reestruturação das formas produtivas constitui uma transformação do modo de controle do trabalho e do emprego, com o solapamento da organização da classe trabalhadora e a transformação da base objetiva da luta de classes. A nova configuração das relações de produção e de trabalho é funcional ao capitalismo,

⁴ “a disciplinação da força de trabalho para os propósitos de acumulação de capital” (Harvey, 2009, p.119).

permitindo uma maior adaptabilidade por meio da maior dispersão, mobilidade geográfica e das respostas flexíveis nos mercados de trabalho e de consumo.

Na periferia, tal processo faz crescer o ‘setor informal urbano’ que atua tanto como colchão amortecedor anticíclico quanto como ‘exército industrial de reserva’ (Coraggio, 2003). O debate sobre a informalidade nesses países tem seu foco nos microempreendimentos mercantis formados primordialmente por trabalhadores oriundos do mercado de trabalho formal ou da economia doméstica (mulheres). Esse setor informal passa a competir pelas demandas de serviços originadas no processo de modernização.

Já desde fim dos anos 1970, intelectuais latinoamericanos como Luis Razeto e Jose Luis Coraggio propunham uma nova maneira de situar a questão, a partir do conceito de economia popular. Esta não se definiria apenas pela categoria social de seus atores (os excluídos do mercado de trabalho formal), mas pela qualidade de suas relações e valores e por sua escala de organização, pequena o suficiente para permitir relações econômicas interpessoais, não necessariamente intermediadas pelo mercado. Ao enfatizar tais aspectos, buscam diferenciar a ‘economia popular urbana’ do ‘sistema informal urbano’ (Coraggio, 2003).

“Ao contrário da economia informal, cuja racionalidade é a flexibilização das relações entre capital e trabalho, o sentido ético-político das atividades da economia popular é a reprodução ampliada da vida (e não do capital).” (Tiriba, 2003, p. 43)

Para Coraggio (2000, 2003), as células da economia popular são as unidades domésticas que dependem principalmente do exercício de seu trabalho para se reproduzirem biológica e culturalmente. A unidade doméstica, enquanto organização econômica característica da economia popular (fundada sobre relações de parentesco, de afinidade, étnicas, etc.), organiza os recursos e as capacidades de seus membros (seu fundo de trabalho) para gerir a satisfação de suas necessidades, tendo como objetivo último a “reprodução ampliada da vida”⁵.

⁵ O conceito de reprodução ampliada da vida é apresentado em oposição ao de reprodução simples. A reprodução simples equivale à manutenção da vida dos membros da unidade doméstica em um nível aceito como mínimo em cada época e cultura. Já a reprodução ampliada denota uma melhora de qualidade de vida ao longo do tempo, não apenas por aumento dos rendimentos, mas também do acesso aos bens públicos, melhor qualidade do consumo, melhores padrões de relação social, melhores condições de moradia, etc. (Coraggio, 2000).

Lisboa (2004) identifica Milton Santos como o precursor da categoria economia popular, pois esta retoma um conjunto de características que o autor atribui ao ‘circuito inferior da economia urbana’. A economia popular baseia-se no trabalho familiar, por conta própria, artesanal, na autoconstrução da moradia, nos micro e pequenos empreendimentos e na economia camponesa. Sua dinâmica combina a produção doméstica com as relações mercantis, numa difusa conexão entre valores de uso e valores de troca que não caminha para o desaparecimento nem para a desconexão com o mercado.

Na visão de Coraggio (2009), as economias latinoamericanas não são economias de mercado puras, e nem suas sociedades, sociedades de mercado completas. Tampouco o mercado é ali a única instituição que media as relações entre tais sociedades e a base natural. Elas seriam economias mistas, formadas por três setores ou subsistemas: a economia empresarial capitalista, orientada para a acumulação privada de capital, a economia popular, orientada para a reprodução da vida das unidades domésticas, e a economia pública, orientada por uma combinação de necessidades sistêmicas. A economia popular constitui um conjunto heterogêneo de unidades que sempre teve papel relevante na reprodução de grande parte dos trabalhadores, articulando-se de maneiras diversas às outras duas esferas.

Para Tiriba (2003), a economia popular se manifesta em diferentes tempos históricos, integrando-se aos modos de produção ou modelos de desenvolvimento econômico de forma hegemônica ou subalterna. Não é um fenômeno exclusivo das sociedades capitalistas, estando presente nas sociedades de caçadores e coletores, escravistas, socialistas, etc. Mas é no contexto do modelo neoliberal de acumulação de capital que ela se apresenta, fortemente, como ‘economia dos pobres’, pois é quando se explicita a recorrência à mesma como estratégia de sobrevivência.

“Recentemente descobertas pelos intelectuais e governos, as atividades que dão substrato à economia popular são, em verdade, muito antigas, porém não eram visíveis para o olhar regido pelos parâmetros da razão iluminista. A economia popular era (e continua sendo) incompreensível (e desvalorizada) pelos parâmetros da razão econômica-social dominante. O olhar iluminista (em especial o pensamento periférico, o qual tende a reificar ainda mais o moderno) sempre desqualificou as práticas mais tradicionais, nas quais em geral não existia o sentimento de insegurança com relação ao sustento da família. Nos países semi-periféricos, em particular, a acumulação capitalista não levou à desorganização da pequena produção mercantil: sempre tivemos um grande conjunto da população "sobrevivendo" às margens do mercado numa economia de "subsistência", subordinada sem dúvida.” (Lisboa, 2004, p. 13)

Tratando a economia chilena, Razeto (1993)⁶ classifica as atividades da economia popular em cinco grupos: a) soluções assistenciais, como mendicância de rua, e sistemas organizados de assistência pública ou privada orientados àqueles em extrema pobreza⁷; b) atividades ilegais como prostituição, pequenos furtos, venda de drogas, etc.; c) iniciativas individuais informais como comércio ambulante, serviços domésticos, entregadores, guardadores de automóveis, coletores e vendedores de material reciclável, etc.; d) microempresas e pequenos negócios de caráter individual, familiar, ou de dois ou três sócios como lojas de bairro, oficinas de costura, bares, etc., geralmente dirigidos pelos próprios proprietários; e) organizações econômicas populares – OEPs: pequenos grupos, de caráter associativo e solidário, geralmente surgidos de paróquias, comunidades, sindicatos, partidos e outras organizações populares. As OEP seriam o polo mais avançado da economia popular, uma vez que têm como tendência (ainda que não necessariamente como realidade) um modo de produzir, distribuir e consumir bens e recursos alternativo ao capital (Tiriba, 1999). Característica relevante dessas organizações são seus valores de solidariedade e ajuda mútua, além da combinação de atividades econômicas, sociais, culturais e educativas.

Segundo Razeto, portanto, nem toda economia popular é de solidariedade, e nem a economia de solidariedade é necessariamente popular, uma vez que a solidariedade na prática econômica pode se dar também em outros âmbitos. A interseção entre essas duas esferas seria a ‘economia popular de solidariedade’ (Razeto, 1993). *“Existem na economia popular embriões do que pode ser uma economia solidária, pois nas práticas dos setores populares encontramos uma racionalidade econômica fundada no trabalho e na cooperação.”* (Lisboa, 2004, p. 15). O modelo de organização proposto aspira à autonomia e à transformação socioeconômica e político-cultural (Razeto *et al*, 1983).

No Brasil, a economia solidária é compreendida a partir dos empreendimentos coletivos onde predominam a cooperação na atividade econômica, o uso em comum dos meios de produção e a autogestão (Gaiger, 2009). As unidades básicas são as cooperativas, associações e os grupos informais onde a distinção entre capital e trabalho é minimizada. A autogestão implica que os meios de produção sejam de propriedade e controle coletivos e que as decisões acerca das normas de funcionamento e dos rumos a serem seguidos pelo

⁶ Razeto *et al* (1983) fazem uma extensa análise da economia popular existente no Chile a partir da instalação do regime militar no país, em 1973. O modelo econômico que acompanha o regime, de caráter neoliberal, promoveu excessiva concentração de renda e marginalização no mercado de trabalho. As atividades da economia popular tratam então, primordialmente, de enfrentar o problema de subsistência e de satisfação das necessidades básicas, sobretudo de alimentação.

⁷ Nesse sentido, diferencia-se de Coraggio. Este último autor associa a assistência social e os mecanismos estatais de redistribuição à ‘economia solidária’.

empreendimento solidário sejam tomadas com base na participação democrática de cada indivíduo. Assim, a administração, a produção, seus meios e resultados pertencem a todos, de modo que se fazem necessárias práticas solidárias e promotoras de autonomia nas organizações (Verardo, 2003).

A economia solidária se coloca então como alternativa pós-capitalista fundada em relações de solidariedade internas e externas aos empreendimentos (Singer, 1997, 2002). No Brasil, apresenta-se como movimento organizado, ganhando notoriedade após sua inclusão na agenda das políticas públicas do governo federal, no início dos anos 2000 (Praxedes, 2009).

Por abrangerem formas diversas de produção, flexíveis no que diz respeito aos critérios de seleção dos trabalhadores, horário e local de trabalho, entre outros, a economia popular e a economia solidária surgem como alternativas para o público que não se “encaixa” em processos de emprego formal e assalariamento, por sua escolaridade, experiência, configuração familiar, etc. É reconhecido na literatura que tais organizações têm se colocado como estratégias de sobrevivência perenes por parte da população vulnerável, como apontam Abramovay *et al* (2003):

“É bem verdade que parte muito expressiva dos nano e micro-empresendedores iniciam suas atividades por falta de alternativa no mercado de trabalho (...). Mas a perenidade dos negócios, os vínculos de proximidade em que se apóiam, a experiência adquirida em sua gestão e as funções sociais que preenchem não permitem que sejam encarados como uma forma de organização transitória e obsoleta a ser sepultada juntamente com as péssimas condições sociais que hoje a caracterizam.” (Abramovay *et al*, 2003, p. 236)

Como apontam Razeto *et al* (1983), embora a participação em uma organização econômica popular seja em boa parte dos casos a única alternativa no curto prazo para enfrentar a necessidade imediata de sobrevivência, é comum que seus participantes se identifiquem progressivamente com essa solução, passando inclusive preferi-la a outras, economicamente mais rentáveis, uma vez que aprendem a valorizar o trabalho por conta própria, sem patrão, em um ambiente de maior confiança e solidariedade, e ainda devido às possibilidades de desenvolvimento cultural, capacitação e convivência oferecidas pelas organizações.

Se o movimento de flexibilização dos mercados de trabalho, de um lado, estimula o ‘trabalho abstrato’, subordinado a processos de produção exógenos, embora desvinculado da relação de assalariamento, de outro encontramos o trabalho autônomo de fato, quando o

trabalhador possui o controle do processo de produção. Enquanto no primeiro caso pode-se falar em trabalho precário, no segundo o maior controle sobre o tempo e sobre o processo de trabalho pode ampliar as possibilidades do trabalho ao potencializar o conhecimento acumulado e as redes existentes (Lago, 2009).

Nesse sentido, cabe pensar em que medida a economia popular e solidária, em suas múltiplas faces, apresenta-se como característica permanente das economias latino-americanas e em que situações ela se configura como trabalho abstrato ou como trabalho autônomo. Embora seja frequentemente associada a um movimento conjuntural ou transitório, resultante de processos de desemprego e exclusão, é possível pensá-la como parte de um processo de organização popular mais amplo e permanente, sugerindo-a como um recurso para processos alternativos de desenvolvimento. Cabe aqui compreender o real potencial emancipatório e transformador contido nessas práticas.

3 ‘ECONOMIA PLURAL’: A HETEROGENEIDADE COMO RECURSO

Coraggio (2009) associa a persistência das formas da economia popular e solidária na América Latina, ainda, à heterogeneidade estrutural que caracteriza a inserção periférica. Tal heterogeneidade tem como causas a incapacidade do mecanismo de mercado de abranger tais iniciativas (por sua escala, insuficiência de capital, etc.) ou a persistência de formas institucionais que protegem a vida das populações que resistem à mercantilização. Por ambos os motivos, configuram-se organizações econômicas com distintos graus de hibridismo, próprias das redes de mutualidade-reciprocidade e de administração doméstica, que mantêm redes de relações de auto abastecimento e cuidado fora do mercado, em defesa de sua integridade, inclusive quando a opção do mercado parece mais vantajosa de imediato⁸.

Como se tratam de *economias mistas com hegemonia capitalista*, as economias latino-americanas se baseiam em valores civilizatórios que legitimam a acumulação ilimitada de capital e a mercantilização das relações humanas (Coraggio, 2009). Embora a organização interna das unidades domésticas se oriente pela reciprocidade, a solidariedade não constitui o comportamento predominante em suas relações externas. Sendo assim, ao buscar reproduzir

⁸ De fato, as formas de solidariedade baseadas no parentesco e no convívio social se mantiveram vivas nos países do sul, a despeito de não serem consideradas nos planos de desenvolvimento destes países que, ao contrário, contribuíram para a substituição dos sistemas tradicionais de reciprocidade pelas relações ocidentais de mercado (Lisboa, 2004).

sua vida em condições sempre melhores, operando no interior de um sistema com predomínio da cultura capitalista, os comportamentos podem se reorientar para a busca individual da máxima satisfação, a posse e o consumo ilimitado de mercadorias, a minimização dos esforços, a concorrência destrutiva, a busca do lucro mediante a exploração do trabalho alheio e a acumulação de capital privado (que pode se tornar um fim em si mesmo). Nesses contextos, as organizações da economia popular que obtêm êxito na captação do excedente podem passar a fazer parte da economia empresarial capitalista.

A construção de um sistema econômico em que persistam ou prevaleçam a solidariedade e a reciprocidade se afirma, então, como ação política (Coraggio, 2012a). A construção desse projeto requer o reconhecimento, conceitual e empírico, de uma heterogeneidade característica.

“[uma heterogeneidade que] longe de ser um empecilho, da perspectiva da modernidade, é um recurso, tanto pela possibilidade de resolver um sustento que o mercado livre não consegue, como por ser o campo de constituição de atores sociais que podem assumir esse projeto de reinstitucionalização dos processos econômicos⁹” (Coraggio, 2009, p. 16).

As leituras conceituais da economia popular e da economia solidária reconhecem a diversidade de lógicas presentes nos sistemas econômicos, compreendendo essa heterogeneidade como ponto de partida para um desenvolvimento alternativo ou uma ‘outra economia’ (Cattani et al, 2009). Coloca-se assim a discussão sobre uma ‘economia plural’, marcada pela coexistência de princípios econômicos e de formas institucionais mediadoras das relações entre os homens e entre estes e a natureza (Laville, 2009).

Coraggio (2012b) propõe uma leitura atual de Polanyi (2011 [1944], 2012) que oriente a construção de um projeto político na direção de uma *economia com mercado* distinta de uma *economia de mercado*. Nesse sentido, diferencia a ‘economia popular realmente existente’ da ‘economia do trabalho’, ideal utópico de um sistema econômico em que predomine a lógica da ‘reprodução ampliada da vida’ em detrimento da lógica de acumulação de capital. A ‘economia social e solidária’ ou ‘economia solidária’¹⁰ seria o conjunto das

⁹ Recondição dos processos econômicos no sentido de relações solidárias e orientadas ao “bem comum” (Coraggio, 2012b).

¹⁰ Coraggio utiliza os dois termos indistintamente, assumindo a ‘economia solidária’ como algo próximo do que é chamado na Europa de ‘economia social’: atividades produtivas que não se encaixam na distinção habitual entre setor privado (que objetiva o lucro) e setor público (que visa ao interesse geral); “*atividades econômicas concernindo à sociedade de pessoas que busquem democracia econômica associada à utilidade social.*” (Defourny, 2009). O uso do termo ‘economia social e solidária’ na América Latina tem raízes tanto na conceituação de Polanyi quanto na discussão sobre reciprocidade presente em Mauss (2012) e também no reconhecimento da economia solidária como prática mais consolidada nesses países, sobretudo no Brasil.

práticas solidárias existentes nas três esferas (economia popular, economia empresarial capitalista e economia do setor público) e que constituem possíveis embriões da transição da ‘economia do capital’ para a ‘economia do trabalho’ (Coraggio, 2009).

“Hay componentes solidários en la economía popular, pero esta no es siempre ni predominantemente solidaria. Los hay, muy importantes, en la economía pública (principalmente las relaciones de redistribución progresiva). Y los hay también en el sector empresarial privado (aunque sea una solidaridad filantrópica y unilateral). En este diagrama hay una tensión ([echas azules) por la lucha contrahegemónica contra la dominancia de la lógica capitalista. Se avanza ampliando el sector de economía solidaria articulándolo como un subsistema orgánico, construido desde el piso fértil de recursos y relaciones de reciprocidad y redistribución de la economía pública y la popular y ampliando su sentido del de la reproducción de la vida de los miembros de cada UD al de la reproducción ampliada de la vida de todos (solidaridad).” (Coraggio, 2013, p. 18)

Ao discutir a ação política necessária, Coraggio (2013) propõe compreender os sistemas econômicos como construções sociopolíticas e não como resultado de evoluções naturais e necessárias, afastando-se da noção de ‘sequência de modos de produção’, segundo a qual todas as sociedades caminham inevitavelmente para uma sociedade de mercado. Assim como a economia capitalista de mercado foi uma construção política a partir da Revolução Industrial (Polanyi, 2011 [1944]), outras construções são possíveis, sobretudo em momentos de desajuste estrutural (Coraggio, 2012a). Discutem-se assim as possibilidades de (re)orientação da economia pública e da economia popular para uma economia centrada no trabalho e na racionalidade reprodutiva.

Tal construção passa, no entanto, pela superação do modelo de ciência moderno e da decorrente separação entre a racionalidade científica e o chamado senso comum, propondo um olhar sobre a experiência e sobre as lacunas e os discursos inviabilizados pelo paradigma de conhecimento hegemônico. Um olhar inovador nesse sentido pressupõe a superação das dicotomias características do pensamento moderno: natureza/cultura, natural/artificial, observador/observado. Passa pela compreensão da economia popular e solidária como produtora de ‘espaços de fronteira’, produtores de tipos distintos de subjetividade e de sociabilidade, que interessam a novos olhares e novas proposições (Santos, 2007).

Passa também por uma outra concepção de desenvolvimento econômico que compreenda a heterogeneidade de princípios econômicos e de relações de produção como um

recurso a ser potencializado em uma economia orientada para o trabalho. Trata-se de expandir as concepções de economia, de tecnologia, de ação política e de desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, M. M. A economia invisível dos pequenos. *Le Monde Diplomatique*, ano 2, p. 30-31, 2008.
- BICUDO JR, E. C. *O circuito superior marginal: produção de medicamentos e o território brasileiro*. Departamento de Geografia. Universidade de São Paulo. São Paulo. Dissertação de Mestrado. 2006.
- CATAIA, M.; SILVA, S. C. Considerações sobre a teoria dos dois circuitos da economia urbana na atualidade. *Boletim Campineiro de Geografia*, v. 3, n. 1, 2013.
- CATTANI, A. D.; LAVILLE, J. L.; GAIGER, L. I.; HESPANHA, P. *Dicionário Internacional da Outra Economia*. São Paulo: Almedina Brasil, 2009.
- CORAGGIO, J. L. Da Economia dos Setores Populares à Economia do Trabalho. In: KRAYCHETE, G. *et al.* (Orgs.). *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*, Petrópolis: Vozes, 2000, p. 91-133.
- CORAGGIO, J. L. *Economía social y solidaria: el trabajo antes que el capital*. Quito: Fundación Rosa Luxemburg, 2011.
- CORAGGIO, J. L. Karl Polanyi y la otra economía en América Latina. In: *Karl Polanyi: Textos escogidos*. Buenos Aires: UNGS/CLACSO, 2012b.
- CORAGGIO, J. L. *La construcción de Otra Economía como acción política*. Mimeo, 2012a.
- CORAGGIO, J. L. Las tres corrientes de pensamiento y acción dentro del campo de la economía social y solidaria. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v.15, n.2, nov. 2013.
- CORAGGIO, J. L. Qué significa pasar de la economía popular a la economía del trabajo? *Proposta*, ano 30, n. 98, setembro/ novembro, 2003, p. 12-20.

CORAGGIO, J. L. Territorio y economias alternativas. I *Seminario Internacional Planificación Regional para el Desarrollo Nacional*. Visiones, desafíos y propuestas, La Paz, Bolivia, 30-31 de julio de 2009.

CORAGGIO, J.L. *La economia social y solidaria (ESS) en America Latina*. Mimeo, 2013a.

DEFOURNY, J. Economia Social. In: CATTANI, A. D.; LAVILLE, J. L.; GAIGER, L. I.; HESPANHA, P. *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Almedina/CES: Coimbra, 2009.

GAIGER, L. I. Antecedentes e expressões atuais da economia solidária. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 84, Março 2009, p. 81-99.

HARVEY, D. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança social*. São Paulo: Edições Loyola, 2009 [1989].

LAGO, L. C. do. Trabalho e Moradia na Periferia: para Uma Política Urbana Economicamente Orientada. *Revista Em Pauta*, 24(6), 2009.

LAVILLE, J. L. Economia Plural. In: CATTANI, A. D.; LAVILLE, J. L.; GAIGER, L. I.; HESPANHA, P. *Dicionário Internacional da Outra Economia*. São Paulo: Almedina Brasil, 2009.

LEWIS, A. *Economic Development with Unlimited Supplies of Labor*. Manchester: School of Economics and Social Studies, 1954.

MAUSS, M. *Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas*. 2012.

MONTENEGRO, M. R. *O circuito inferior da economia urbana na cidade de São Paulo no período da globalização*. USP, Dissertação de Mestrado, Geografia Humana, 2006.

OLIVEIRA, E. L. Algumas considerações sobre o conceito de setor informal e a teoria dos circuitos da economia urbana. *Geografias*, 4(1), p. 54-70, jan-jun 2008.

POLANYI, K. *A grande transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011 [1944].

POLANYI, K. *A subsistência do homem: e ensaios correlatos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

PRAXEDES, S. F. Políticas Públicas de economia solidária: novas Práticas, novas metodologias. *Boletim Mercado de Trabalho*, IPEA, n. 39, maio 2009.

RAZETO, L. *De la Economía Popular a la Economía de Solidaridad en un Proyecto de Desarrollo Alternativo*. Instituto Mexicano de Doctrina Social Cristiana, México, 1993. (Colección Diálogo y Crítica).

RAZETO, L. *et al. Las Organizaciones Económicas Populares*. Santiago: Ediciones PET, 1983.

SALVADOR, D. S. C. de O. A expansão e a redefinição do circuito inferior da economia urbana da cidade dos países subdesenvolvidos no período atual. *XII Simpósio Nacional de Geografia Urbana*, Belo Horizonte, 2011.

SANTOS, B. de S. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez, 2008 (5. ed.).

SANTOS, M. *A Natureza do Espaço*. Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. São Paulo: EDUSP, 2008 [1979].

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SASSEN, S. El reposicionamiento de las ciudades y regiones urbanas em una economía global: ampliando las opciones de política y gobernanza. *Eure*, Santiago de Chile, v. XXXIII, n. 100, p. 9-34, 2007.

SERPA, A.; PORTO, G. C. S.; SERPA, A. e G. C. S. PORTO. Circuito Inferior da Economia Urbana: O Contexto das Feiras Livres de Itapetinga (BA) e Arredores. *Anais do X Simpósio Nacional de Geografia Urbana*. Florianópolis, 2007.

SILVEIRA, M. L. Da pobreza estrutural à resistência: pensando os circuitos da economia urbana. *Anais XVI Encontro Nacional dos Geógrafos "Crise, práxis e autonomia: espaços de resistência e de esperanças"*. Porto Alegre: Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), 2010. p. 1-11.

SILVEIRA, M. L. Globalización y circuitos de la economía urbana en ciudades brasileñas. *Cuadernos Del Cendes*, año 21, n. 57, p. 1-21, sep./dic. 2004.

SILVEIRA, M. L. Metrópolis brasileñas: un análisis de los circuitos de la economía urbana. *Revista Eure* (Vol. XXXIII, Nº 100), pp. 149-164. Santiago de Chile, dez. 2007.

SILVEIRA, M. L. Urbanización latinoamericana y circuitos de la economía urbana. *Revista Geografica de America Central* (online), v. 2, p. 1-17, 2011.

SINGER, P. Economia solidária: geração de renda e alternativa ao liberalismo. *Proposta*, ano 26, n. 72, março/ maio, 1997, p. 6-13.

SINGER, P. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

TIRIBA, L. Economia popular y movimientos populares (y una vez más el trabajo como principio educativo). *Contexto & Educação*, Ijuí, n.54, p. 53-80, 1999.

TIRIBA, L. O trabalho no olho da rua: fronteiras da economia popular e da economia informal. *Proposta*, 97, jun/ago 2003.

TRINDADE JR., S. C. Entre o público e o privado: agentes de apropriação do espaço na orla fluvial de Belém-Pará (Brasil). *Scripta Nova*. 194 (IX), 2005.

VERARDO, L. Economia solidária e /autogestão. *Proposta*, ano 30, n. 98, setembro/novembro, 2003, p.56-61.